

Crianças e adolescentes para o UNICEF: desenvolvimento e economia política

Children and adolescents for UNICEF: development and political economy

Flávia Cristina Silveira Lemos; Juliana de Castro Nogueira

Universidade Federal do Pará

RESUMO:

Pretende-se, neste artigo, descrever e analisar sucintamente como o Fundo das Nações Unidas para a Infância vem governando, por meio de estratégias da economia política, os corpos de crianças e adolescentes como investimento, pela noção de desenvolvimento, de maneira a acionar tecnologias de biopoder. Uma das metas desse organismo, ligado à Organização das Nações Unidas (ONU), é objetivar desenvolvimento como ciclo de vida e progresso de uma nação, simultaneamente. Forjar um sujeito empresário de si garantiria supostamente segurança e crescimento econômico e social ao Estado e ao mundo globalizado. Através de estudos que atuam com as ferramentas de Michel Foucault, podemos interrogar tais práticas e desnaturalizá-las, em uma perspectiva histórica e inquietante, frente ao tempo presente.

Palavras-chave: Biopoder; Desenvolvimento; UNICEF.

ABSTRACT:

This article is intended to briefly describe and analyse how the United Nations Fund for Children has been ruling through strategies of political economy the bodies of children and adolescents as an investment through the notion of development, so as to trigger technologies biopower. To this body, on The United Nations (UN) is one of the goals aim to develop life cycle and progress of a nation simultaneously. Forging a fellow businessman allegedly itself guarantee security and economic and social growth to the state and globalized world. Through studies that work with the tools of Michel Foucault, we can interrogate these practices and denaturalize them in a historical perspective and unsettling forward to the present time.

Key-words: Biopower; Development; UNICEF.

Pretende-se, neste artigo, interrogar como o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) vem organizado suas práticas para crianças e adolescentes, de modo a governá-los em nome da constituição de um adulto produtivo, útil, empresário de si e politicamente dócil, que supostamente faria de seu país um lugar de desenvolvimento e de progresso. A vinculação com a perspectiva evolucionista entra em jogo tanto em termos de maneira de pensar a vida de crianças e adolescentes, quanto no âmbito das relações internacionais e da concorrência das nações, o que caracteriza uma racionalidade de biopoder, conforme estudos de Foucault (2008a).

O encargo produzido de organizar e fomentar práticas de investimento na adolescência e na infância é um objetivo proposto pelo UNICEF, em seus diversos relatórios divulgados em muitos países e amplamente utilizados para sustentar intervenções desenvolvimentistas. Contudo, em várias publicações dessa agência, há uma preocupação explícita em relacionar a política de proteção às crianças e adolescentes como investimento econômico e como impacto no produto interno bruto de um país. Para esse organismo multilateral, este é um tempo prioritário para realizar “investimentos” que terão retornos relevantes, em todas as áreas, no que tange às políticas de saúde, educação, trabalho, segurança e políticas sociais.

Os custos de dar ao adulto uma segunda chance na vida são muito maiores do que os custos de se prover cuidados no tempo adequado à criança, principalmente em seus primeiros anos de vida. O investimento na criança oferece retorno muitas vezes maior em termos de melhor aproveitamento escolar, maior produtividade e comportamentos positivos ao longo da vida. Serviços sociais básicos de saúde e educação, por exemplo, são investimentos preventivos muito mais efetivos e humanos. (UNICEF, 2001:18).

Estudos indicam que os investimentos na criança são mais eficientes e garantem retornos maiores do que qualquer outro investimento público ou privado. Crianças com acesso à boa nutrição, campanhas de imunização, água limpa, saneamento adequado e educação de qualidade estão mais aptas a aproveitar suas oportunidades de educação e de serviços sociais, tornando-se ainda mais saudáveis e capazes de contribuir para o bem-estar de suas comunidades. (UNICEF, 2001: 18)

A adolescência é a terceira oportunidade de fazer bons investimentos. Esse é um período de desenvolvimento para jovens em todos os aspectos: físico, emocional, psicológico, social e espiritual. [...] também é um período perigoso. [...] A sociedade e os meios de comunicação levam os adolescentes a desenvolver valores de consumo enquanto, muitas vezes, sequer têm acesso aos bens de primeira necessidade. (UNICEF, 2002a: 14).

Esse olhar determinista e que, de certo modo, configura um receituário neoliberal, vem recheado de racionalidades de saberes da psicologia do desenvolvimento, da economia, da ecologia sistêmica, da estatística inferencial, da

demografia, da medicina social, da geografia política, da filosofia política e da neuropsicologia.

O conceito de desenvolvimento e o biopoder

É no quadro da noção de defesa da sociedade e de biopoder que emerge uma relação entre a norma e a lei, em uma analítica do poder que funciona por meio do direito, verdade e poder, não apenas em um quadro jurídico da soberania, mas também por meio de mecanismos disciplinares e biopolíticos. Nesse sentido, a norma se tornou uma tática de governo das condutas, de sorte que podemos verificar, nos fragmentos de relatórios do UNICEF citados abaixo, como esses mecanismos são acionados em nome da proteção às crianças e adolescentes, em uma multiplicidade de interesses em jogo.

O UNICEF organiza suas atividades e a análise da situação da infância e da adolescência, visando ao desenvolvimento integral, segundo três principais fases do ciclo de vida: primeira infância, infância e adolescência. (UNICEF, 2003: 54).

Quantos são as crianças e adolescentes? Como estão distribuídos em relação aos três ciclos de vida? Onde vivem? Como vivem? Como está o acesso de diferentes segmentos aos bens e serviços disponíveis na sociedade? (UNICEF, 2003: 56).

Sem boas experiências de aprendizado em suas casas e em suas comunidades, as perspectivas das crianças na educação formal reduzem-se. A janela de oportunidades de aprendizado e desenvolvimento não se fecha completamente, mas, depois da vida intrauterina e do nascimento, quanto mais tarde as crianças são estimuladas, mais difíceis são suas chances de recuperar o terreno perdido. (UNICEF, 2001: 16).

Podemos ressaltar que o UNICEF visa a gerir antecipadamente as performances, ajustando supostos déficits para que se tornem um procedimento político com vistas a governar a vida economicamente, regulando os corpos objetivados pela racionalidade de um processo de desenvolvimento evolutivo, auxiliando a colocar em cena intervenções que funcionavam em uma lógica securitária como gerência da anormalidade (FOUCAULT, 2008a).

A disciplina fabrica indivíduos e os individualiza, baseando-se nas normas como quadro de referências, como princípio que produz a ampliação das relações entre as mesmas, fazendo com que cada corpo se torne um caso avaliado de maneira ininterrupta, no interior de qualquer grupo social. Nesse espectro de exame, a sociedade atual amplia os modos de operar sistemas de classificação, de comparações, e cria medidas que possibilitem a variação de performances, focadas em modelos de desenvolvimento ideais a atingir e a maximizar.

O UNICEF está atento a essa maneira de governar e problematizar a vida, passando a prescrever práticas de gestão dos desvios, não desperdiçando nenhuma força, pois os excluídos podem ser incluídos, ao invés de ser isolados, o que é visto como rentável pelos assessores dessa agência. As novas tecnologias de redução de danos e de táticas de reabilitação/correção que objetivem fazer forças crescer e se comunicar têm sido usadas para fazer render e fomentar renda, de forma simultânea e permanente. Nenhuma força pode ser perdida, nessa racionalidade: “Do anormal ao normal, a linha é, pois, incerta. Não reenvia nada na natureza. O anormal está na norma: o gigante tal como o anão, o idiota tal como o gênio. [...] Compreende-se que ela nunca exprimirá uma lei da natureza; tão só pode formular a pura relação do grupo consigo mesmo”. (EWALD, 1993: 87).

Através do dispositivo de segurança, opera-se um alinhamento entre disciplina e biopolítica, para Foucault (2008a). A ideia de risco estava mais ligada ao Direito Civil, enquanto a de perigo, ao Direito Penal; contudo, as duas se entrecruzaram, tendo na medicina psiquiátrica o liame entre ambas, a partir da formulação de uma relação entre a norma e a lei. “Encontra-se assim inscrito, tanto na instituição psiquiátrica como na judiciária, o tema do homem perigoso” (FOUCAULT, 2004: 14).

[...] o Estado deve investir em processos sócio-educativos, a fim de que os comportamentos transgressivos que os adolescentes expressaram em infrações não venham a se tornar, por força de negação de seus direitos e pela falta de oportunidades, em traços constitutivos de sua própria personalidade.(UNICEF, 2002b: 48).

A psiquiatria, na virada entre os séculos XVIII e XIX, conseguiu sua autonomia e se revestiu de tanto prestígio pelo fato de ter podido se inscrever no âmbito de uma medicina concebida como reação aos perigos inerentes ao corpo social. (FOUCAULT, 2004: 09).

Ewald (1993) já havia alertado para o fato de que a lei e/ou o jurídico não são os únicos procedimentos de materialização do direito. “A lei proíbe, a disciplina prescreve” (FOUCAULT, 2008a, p. 61). Assim, no neoliberalismo, ocorre uma diminuição da força coercitiva da lei em prol da intensificação do poder da norma em processos mais flexíveis de negociação permanente, em uma sociedade de segurança em que a norma coloniza o Direito, na perspectiva de um biopoder (FOUCAULT, 1988).

Norma já não será um outro nome para regra, antes vai designar ao mesmo tempo um certo tipo de regras, uma maneira de as produzir e, sobretudo, um princípio de valorização. É certo que a norma designa sempre uma medida que serve para apreciar o que é conforme a regra e o que dela se distingue, mas esta já não se encontra ligada à ideia de rectidão; a sua referência já não é o esquadro, mas a

média; a norma toma agora o seu valor de jogo das oposições entre normal e o anormal ou entre o normal e o patológico. (EWALD, 1993: 79).

A psiquiatria, nos anos 1850-1870 abandonou ao mesmo tempo o delírio, a alienação mental, a referência à verdade e, enfim, a doença. O que ela assume agora é o comportamento, são seus desvios, suas anomalias; ela toma sua referência num desenvolvimento normativo. (FOUCAULT, 2001: 392-3).

Esse biopoder aparece vinculado aos processos de relação entre lei, norma e vida, em que o direito e os saberes das ciências sociais e humanas, a emergência de instituições de seguridade, o nascimento do Estado Moderno, a ampliação das racionalidades da medicina social, a apropriação da geografia e da estatística, nos cálculos de governo, vão operar na gestão de supostos riscos ligados à noção de desenvolvimento de crianças e adolescentes.

É a ideia de desenvolvimento como percurso, dividido em temporalidades sequenciais, evolutivas, rumo a um modelo de adulto considerado saudável e legalista, que servirá como instrumento de promoção de mecanismos de segurança. Por isso, Foucault (2008a; 2008b) afirma que os conceitos sistêmicos e de abordagens comportamentais irão ser úteis para práticas de governamentalidade neoliberais, na medida em que favorecem a gestão no campo do domínio da lei e da ordem.

O desenvolvimento seria um processo que atuaria sobre a vida psicológica e orgânica de todos os indivíduos e que, segundo um critério temporal, poderia servir de “norma” em relação a qual todos poderiam se situar. Em alguns, ele é interrompido, em outros, dá-se mais lentamente, em outros ainda, ocorre mais rapidamente. O desenvolvimento permite que se estabeleça, deste modo, duas normatividades. Uma primeira, que será aquela do adulto. Ela se configura como um fim ideal, regulando-se pelo termo final de um processo: o processo do próprio desenvolvimento. A outra será uma normatividade correspondente à média deste processo de desenvolvimento identificada nas crianças. (FONSECA, 2002: 70).

Foi no curso *O poder psiquiátrico* que Foucault (2006) interrogou historicamente a respeito do aparecimento das práticas de medição do atraso e da aceleração de um processo evolutivo do desenvolvimento infantil pela psiquiatria, ao final do século XIX. Todavia, formulou-se, no campo dos saberes médicos, pedagógicos e psicológicos, a visão de que o atraso e a parada do que tomaram como desenvolvimento só poderia ser alvo de intervenções na medida em que fossem traçadas normas constitutivas de um modelo a alcançar como ápice de um processo de caminhada rumo a um momento da vida considerado progresso. Mas o que era progresso? Seria atingir um determinado modo de pensar classificado como racional e abstrato, complexo e simbólico?

Essa perspectiva começou a ganhar ampla aceitação em função de seus usos no campo de uma instrumentalidade a serviço de ajustamentos e adaptações, visando a prevenir, nas práticas psiquiátricas morais, ligadas à tentativa de controle de condições de vida, que para eles seriam compreendidas como causas de interrupção e/ou atraso no desenvolvimento, como pobreza, dificuldades na escola, intoxicação, alcoolismo, dinâmica familiar, entre outras.

Em uma visão liberal, esse pensamento serve à classificação de desempenho e entra na contabilidade da economia política, pois é apropriado para avaliações em termos de cálculo de investimentos e de prejuízos a realizar e de concorrência entre os Estados Modernos, que começaram a rivalizar através de noções de desenvolvimento como medida de indicadores referentes à saúde, educação, segurança, urbanismo, cultura e crescimento econômico (FOUCAULT, 2008a; 2008b).

As práticas do UNICEF nos mostram esse jogo em torno da busca de critérios para gerir o desenvolvimento economicamente em meio às relações internacionais e aos dispositivos diplomático-militares que organizam estratégias de governo das condutas. Foucault (1979), ao tratar da governamentalidade, assinalava como as relações entre corpos, coisas, cultura, economia e política poderiam ser governadas não apenas pelo Estado, mas por intermédio dele e com ele também. As intervenções do UNICEF utilizam essa ideia liberal de Estado governamentalizado, ao pensar que a cultura e a política são entrelaçadas à economia e aos princípios de direitos humanos.

Tratar de maneira igual é, por exemplo, reconhecer, garantir e assegurar o potencial que todos têm ao nascer e que precisa ser desenvolvido com oportunidades e condições de escolhas acertadas, sem desconsiderar as diferenças, mas acolhendo-as como características individuais e coletivas; como parte integrante do processo de desenvolvimento sustentável [...]. (UNICEF, 2003: 23).

Investir na valorização da diversidade como justiça social é conferir uma face humana ao desenvolvimento que, sem igualdade de oportunidades, não consegue sair dos patamares atuais também no campo econômico. (UNICEF, 2003: 33).

Não investir no desenvolvimento do potencial dos talentos de todas as pessoas, nas suas capacidades e habilidades coloca os países em risco nessa atual fase de interdependência global. (UNICEF, 2003: 33).

Argumentos recentes sugerem que a iniquidade pode levar a conflitos políticos e à instabilidade, [...]. (UNICEF, 2003: 45).

Essas situações de iniquidade acabam por prejudicar a todos e por inviabilizar a vida em sociedade, gerando situações de violência, de quebra de confiança, de acirramento do individualismo, em vez de formação de vínculos de solidariedade, de capital social, de desenvolvimento humano sustentável. (UNICEF, 2003:46).

[...] a diversidade é sempre vantagem e o aprendizado que gera é fundamental para a construção da paz em um mundo ambiental, social e economicamente sustentável. (UNICEF, 2003: 36).

Essas intervenções se tornaram extremamente disciplinares e permitiram aos psiquiatras saírem dos asilos e estenderem suas ações para todo um amplo espectro institucional, em conluio com outros saberes e práticas vizinhas, tais como as sistêmicas e comportamentais da psicologia do desenvolvimento e as das pedagogias tecnicistas. Toda uma teoria do capital humano foi criada e passou a lançar mão de mecanismos de controle cognitivo e comportamental, com o concurso das psicologias do desenvolvimento, as quais foram amplamente utilizadas em prescrições de organismos internacionais como o UNICEF, para pensar politicamente e economicamente a vida de crianças e adolescentes baseadas no futuro a realizar ou a tentar realizar, em uma cultura do controle e da segurança.

Nesse projeto de sociedade, a família foi designada segmento privilegiado de governo e convidada a ser a primeira instância responsável pela educação e cuidado com a criança e o adolescente, em um disciplinamento que lhe foi solicitado, sendo culpabilizada por todas as mazelas que viessem a acontecer com os filhos, e classificada como família carente e produtora de anomalias, caso desconsiderasse as receitas psicopedagógicas de gestão do comportamento e fomento ao desenvolvimento cognitivo de sua prole. Foram os psiquiatras que estabeleceram as relações entre a ausência de desenvolvimento e a falta de estimulação da família na educação dos filhos e, ainda, vincularam as dificuldades das crianças e dos adolescentes, de maneira racista, à presença de vícios dos pais, como o alcoolismo (FOUCAULT, 2006).

Nesse sentido, o UNICEF aparece e busca se legitimar como agência salvadora das crianças e adolescentes das famílias não educadas, não saudáveis e que não operem a gestão de uma educação higienista para o desenvolvimento. A família se tornou o lugar ideal de medicalização da criança e do adolescente, conforme médicos, pedagogos e psicólogos positivistas e funcionalistas.

Assim, a disciplina dos comportamentos foi uma receita divulgada pelo UNICEF para governar as famílias pobres; em especial, relacionando de maneira causal e linear pobreza e atraso. Caso não cumpra esse mandato, a família é desqualificada com rótulos de desestruturada e disfuncional. A dinâmica familiar se tornou o meio de formação da subjetividade anormal, para todo um campo heterogêneo de saberes (DONZELOT, 1986).

E a criança que conhece a violência em casa muito provavelmente entenderá que a violência é a única maneira de solucionar conflitos, e reagirá violentamente. (UNICEF, 2001: 38).

Outros estudos indicam que a falta de preparo para os pais resulta em atos de violência contra crianças muito pequenas, motivados por diversos comportamentos da criança, como chorar, fazer xixi na cama, sujar a roupa depois de tomar banho ou fazer bagunça na casa com as brincadeiras – atitudes absolutamente normais em crianças menores de seis anos de idade. (UNICEF, 2001: 38).

Mas está claro que é fundamental a existência de redes sociais para apoiar as famílias a cuidar de suas crianças. Essas redes, apoiadas por governos, organizações da sociedade civil e principalmente das comunidades, devem ser capazes de engajar as famílias em processos de aprendizado e aquisição de habilidades para cuidar das crianças em casa [...]. (UNICEF, 2001:11).

As agentes comunitárias de saúde da Ilha de Combu, uma das 39 ilhas que formam o município de Belém, levam informação sobre saúde, nutrição e direitos das crianças à população da comunidade. (UNICEF, 2003: 71).

Nos seus primeiros anos de vida, a principal referência da criança é a família com a qual ela vive. É da família que ela vai receber apoio afetivo, alimentação, cuidados de saúde e que ela vai aprender a falar, brincar, cantar, interagir com os outros. A criança precisa do pai e da mãe. Homens e mulheres estimulam-na de maneira diferente. (UNICEF, 2002a: 09).

Cuidar de crianças pequenas não é fácil. O UNICEF procura ajudar as famílias a lidar da melhor forma possível com as crianças de até 6 anos de idade. Para isso as famílias são capacitadas para ensinar os filhos cuidados com saúde e higiene, alimentação equilibrada com micronutrientes e para estimular as crianças física e psicologicamente. O UNICEF produz materiais de orientação para os pais e capacita agentes comunitários de saúde, que repassam essas informações para as famílias. (UNICEF, 2002a: 09).

Entra em cena um dispositivo racista e disciplinar, simultaneamente, e é nesse sentido que a biopolítica e a disciplina foram articuladas na materialização do biopoder, tal qual ressalta Foucault: o foco na ideia de aumento de capacidades baliza um conjunto de políticas que irão funcionar como políticas compensatórias, como biopoder pautado em racismos atualizados.

Com efeito, que é o racismo? É, primeiro, o meio de introduzir afinal, nesse domínio da vida de que o poder se incumbiu, um corte: o corte entre o que deve viver e o que deve morrer. No contínuo biológico da espécie humana, o aparecimento das raças, a distinção das raças, a hierarquia das raças, a qualificação de certas raças como boas e de outras, ao contrário, como inferiores, tudo isso vai ser uma maneira de fragmentar esse campo do biológico de que o poder se incumbiu; uma maneira de defasar, no interior da população, uns grupos em relação aos outros. (FOUCAULT, 1999b: 304).

O UNICEF irá atuar amplamente por essa racionalidade focada no aumento do que denomina habilidades e competências, de retiradas das crianças e adolescentes das

ruas, para encaminhá-los às instituições de educação e cultura, com vistas a compensar o que os assessores desse órgão avaliam como falta e carência.

No Rio de Janeiro e em São Paulo, o UNICEF criou junto com a Rede Globo, o Viva Rio, o Instituto Sou da Paz, os governos dos dois estados e outros parceiros, dois Espaços Criança Esperança, onde 4 mil crianças e adolescentes trocam a rua por atividades esportivas, culturais e educativas. O objetivo é criar uma cultura da paz e participação nas comunidades. (UNICEF, 2002a: 16).

Em Teresina, o projeto Juventude Alerta, da Secretaria Municipal da Criança e do Adolescente atende jovens de 15 a 19 anos residentes em áreas de extrema pobreza da periferia. Além de participar de atividades socioeducativas, tais como grupos de discussões e preparação de peças de teatro, eles são capacitados sobre temas ligados à saúde e à cidadania para atuar como multiplicadores nas suas comunidades. (UNICEF, 2002a: 16).

Permanecendo mais tempo dentro da escola, a criança tem oportunidade de aperfeiçoar seus conhecimentos e habilidades, além de ficar menos exposta à violência, drogas, criminalidade e prostituição. Para que essas ações tornem-se políticas públicas, o UNICEF promove a Jornada Ampliada. (UNICEF, 2002a: 12).

A higiene pública, a medicalização da população e das ações de aprendizagem se transformaram na tônica de um imenso projeto racista, e o UNICEF, em conjunto com muitas instituições locais, regionais, nacionais e internacionais, governamentais e não-governamentais, compartilhou e compartilha desse projeto de defesa social.

Desse modo, o trabalho de Foucault (2008a) nos auxilia a analisar como o indivíduo, enquanto espécie biológica, e seu meio foram o centro da gestão das incapacidades, das taxas de natalidade e mortalidade, da organização da circulação na cidade, da gerência da família e todos os fenômenos coletivos, em termos de efeitos econômicos e políticos.

Nessa perspectiva securitária e de biopoder, toda uma noção de diversidade é associada a um racismo cultural que atualiza os modelos biológicos de desenvolvimento e tem nas noções de infância e educação seus elementos de prática biopolítica e disciplinar em torno da norma. O UNICEF atua, por isso, sobre a cultura e os direitos, através do conceito de equidade entrecruzado com o de economia.

Para esse órgão, discriminar negativamente é perder investimentos e impedir oportunidades, o que, à primeira vista, parece interessante; contudo, percebe-se que a preocupação maior é gerir diferenças para evitar perigos e violências, guerras e revoltas e não de fato proteger e garantir direitos, porque eles estão previstos e deveriam ser implantados, caso a dimensão do Direito Público fosse o foco central dessa agência.

É evidente que o custo econômico da exclusão e da iniquidade torna os países com forte discriminação de amplos setores menos competitivos no cenário global. Se o

Brasil é um país injusto, mais do que um país pobre, o combate às discriminações negativas e a construção da equidade, ou seja, de um desenvolvimento humano mais igualitário, podem melhorar a situação interna, o que logo se evidenciará também no cenário internacional. Quando se percebe que a pobreza, o desemprego, o subemprego, o baixo índice educacional e de acesso aos serviços de saúde sofrem recortes na linha da cor, raça, etnia, gênero, deficiência, idade, urbano/rural, entre outras, a destruição dessas barreiras transforma-se em oportunidade de crescimento marcado pela equidade, gerando uma sinergia e uma disposição diferente para a construção desse projeto de país e para o enfrentamento dos desafios nacionais e internacionais. Investir na valorização da diversidade como justiça social é conferir uma face humana ao desenvolvimento que, sem igualdade de oportunidades, não consegue sair dos patamares atuais também no campo econômico. (UNICEF, 2003: 33).

Quando se coloca a questão da diversidade no campo dos valores humanos, da moral e da ética, não há como querer provar suas vantagens, pois a sua não valorização já é um prejuízo em si para a vida e seu desenvolvimento pleno. Qual é a vantagem de não nos relacionarmos com base em preconceitos e estereótipos? Qual é a vantagem social e econômica de vivermos em paz? (UNICEF, 2003: 34-5).

Países que valorizam a diversidade e a equidade, que as reconhecem como uma riqueza a ser respeitada e realçada, possuem maiores chances de um bom desempenho, de garantir respeito no campo econômico, humano, social e político aos seus cidadãos, sem discriminação, desenvolvendo e tirando o máximo de vantagem das potencialidades de cada membro da sociedade. (UNICEF, 2003: 39).

Uma criança saudável vai tornar-se uma criança física e mentalmente forte, pronta para o aprendizado na vida escolar e na vida adulta. (UNICEF, 2003: 71).

Pode-se afirmar que as práticas pós-colonialistas ainda perpetuam ideários racistas, durante todo o século XX, e o UNICEF parece ser um dos agentes dessa atualização, pois se coloca como instituição privilegiada a avaliar, tal qual um tribunal da norma, os países que devem seguir suas receitas, que são intitulados, curiosamente, como países não desenvolvidos e/ou em desenvolvimento. A tutela é materializada pelo racismo que infantiliza.

Nesse olhar, a eliminação do perigo que era visto apenas como biológico ganhou dimensões médicas intensivas, com as contribuições da antropologia evolucionista, entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Essa lógica implicou práticas racistas designadas como melhoramento da raça, por meio de técnicas disciplinares e pela normalização social, como por exemplo das tecnologias voltadas às populações pobres, consideradas carentes culturais e potencialmente perigosas, de acordo com as normas desenvolvimentistas, tais como as indicadas pelo UNICEF.

É em meio a esse âmbito de debates que o pensamento darwinista social e biológico se tornou ferramenta no campo dos saberes de maneira racista. No Brasil, sob a liderança do médico Renato Kehl, a Liga Brasileira de Higiene Mental e de Eugenia,

nas primeiras décadas do século XX, chegou a propor esterilização em massa dos que eram diagnosticados como doentes mentais, como débeis, das prostitutas, dos criminosos e dos vagabundos, dos alcoolistas, de tuberculosos, de sífilíticos, de epiléticos, segundo estudos de Boarini (2003).

A ideia de perfeição moral e biológica do povo estava ligada à força da Nação; nesse pensamento, com procedimentos de mensuração, “proliferaram-se, nessa direção, diversos tipos de avaliação, testes de diferente natureza: psicológicos, de mensuração física (do crânio etc.), tendo como princípio o desenvolvimento linear da humanidade, regulado por leis mecânicas e imutáveis” (BOARINI, 2003: 31).

A higiene passou a ser entendida como sinônimo de civilidade, sendo que toda uma racionalidade médica e sanitária, através da medicina social, sustentando práticas aliadas ao liberalismo, no campo da economia política, à estatística, à geografia, à demografia, à psicomетria, à pedagogia ortopédica, à antropologia, com explicações biológicas e culturais do atraso e da ausência de progresso e civilização (FOUCAULT, 2008a e 2008b).

O movimento higienista nasceu como maneira de intervir na regulação social, prometendo potencializar a saúde e a vida, em um cálculo político e econômico. A saúde física e psíquica passou a ser demandada nas campanhas dirigidas aos professores, família e crianças. Por isso, os médicos vão dirigir de modo intenso suas práticas às mães e às professoras normalistas, com vistas a alcançar, de forma preventiva, crianças de 0 a 06 anos (BOARINI, 2003).

A pergunta sobre o acompanhamento da criança às exigências de desempenho mediano e de um comportamento de adaptação à vida escolar será o filtro de separação entre as crianças que aprendem em um ritmo determinado e as que não o fazem. Assim, novos equipamentos sociais serão criados para educar os que não acompanham a temporalidade exigida pela escola regular. A melhora das performances sociais se inscreveu nos valores de eficiência, pois é a partir deles que a deficiência se torna uma falta a compensar por processos educativos.

A psiquiatria da segunda metade do século XX, em uma perspectiva preventivo-comunitária, colaborou com esse processo disciplinar a tornar-se responsável por evitar os riscos ligados a certos modos de vida, agindo preconceituosamente sobre a miséria, a violência, a comunicação, nas moradias, na insalubridade, nas famílias chefiadas por mulheres, na gravidez na adolescência, na educação nas periferias urbanas e no campo

dos déficits variados, em nome da promoção da saúde mental (CASTEL, 1987; FOUCAULT, 1999a; FOUCAULT, 2001).

Assim se esboça a possibilidade de uma gestão previsível de perfis humanos. Até o presente, o planejamento social repousou essencialmente na definição de objetivos sócio-econômicos, a partir da programação dos equipamentos. A racionalização, a coordenação, os redobramentos, etc., visam a modificar a estrutura dos empreendimentos e dos estabelecimentos, com a carga para o pessoal de seguir e se adaptar a essas mudanças com todos os riscos de turbulências individuais e coletivos que comporta um tal empirismo. A programação das populações seria a contrapartida lógica de um planejamento conseqüente, mas ela é mais difícil de ser realizada por razões a um só tempo técnicas e políticas. [...] O saber médico-psicológico proporciona um código científico de objetivação das diferenças. (CASTEL, 1987: 113).

A programação estatística, por meio da informática, amplia o governo objetivado pelas diferenças na constituição de fluxos populacionais, em cálculos de riscos previsíveis (Castel,1987), que funcionam em um verdadeiro gerenciamento empresarial descentralizado do Estado, porém regulamentado por ele (FOUCAULT, 2008b). Podemos problematizar como o UNICEF utiliza a estatística em todas as suas intervenções e considera que essa tecnologia validaria suas propostas e as legitimaria, com indicadores sobre a vida das crianças e dos adolescentes, no que tange ao aspecto do desenvolvimento como vetor de crescimento econômico.

Tão importante quanto ter recursos para atender crianças e adolescentes é saber como aplicá-los e analisar o resultado do investimento. (UNICEF, 2002a).

O primeiro passo para dar melhor atendimento às crianças com direitos ameaçados ou violados é sua identificação e localização. Nesse sentido, uma prioridade do UNICEF é a integração dos sistemas de informação municipal, estadual e federal e o desenvolvimento de metodologias que permitam identificar as crianças que estão fora da escola, que trabalham, que são desnutridas ou são vítimas de outras violações de direitos. (UNICEF, 2002a).

O UNICEF tem alcançado importantes resultados no Brasil e essas conquistas devem-se principalmente ao trabalho dedicado de centenas de parceiros com os quais o UNICEF conta há anos. São organizações não-governamentais, órgãos municipais, estaduais e federais, outras agências das Nações Unidas e organismos internacionais, outros escritórios do UNICEF pelo mundo e os comitês nacionais do UNICEF, movimentos locais e comunitários, empresas e organizações do setor privados, pesquisadores, artistas, comunicadores, crianças e adolescentes. Gente reunida num movimento nacional pela infância que, embora informal, mostra sua força cotidianamente na promoção dos direitos das crianças e adolescentes. (UNICEF, 2002a).

Nessa política de atenção, atualiza-se a economia liberal com uma diminuição do monopólio estatal da assistência social, em nome da gestão da infância em perigo e perigosa, com fortes apelos ao terceiro setor. Profissionais da educação, da psicologia e

da medicina passam a oferecer os seus saberes e técnicas de peritos a esse setor de gestão previsível dos riscos (CASTEL, 1987; DONZELOT, 1986). O que ganhou visibilidade e apareceu foi toda uma cultura psicológica de governo das relações humanas, pela gerência das condutas, a chamada gestão do capital humano (FOUCAULT, 2008b).

Essa vertente de atenção ativou um conjunto de técnicas de governo das potencialidades também, visando a desenvolvê-las ao máximo, por meio de programas cognitivo-ambientalistas, em um capitalismo cognitivista sistêmico neoliberal. Toda uma versão reparadora, pautada na psicopedagogia, na psicologia industrial, no comportamentalismo e na psicotécnica, permitiu gerenciar as relações como investimento econômico.

Em nome da defesa social e do fomento ao desenvolvimento e progresso, utilizou-se um conjunto de normas como tecnologias, as quais deixaram de ser substantivos e se tornaram o verbo “normalizar”. Nesse aspecto, como disciplina, a norma possibilita fabricar indivíduos, sendo um princípio de comunicação e propiciando comparar e computar os desvios.

O alinhamento da disciplina com a biopolítica, compondo a estratégia de segurança, para Foucault (2008a), operou com os conceitos de risco e perigo, ainda que esses dois termos, como já frisamos, não sejam sinônimos: o risco só pode ser avaliado enquanto uma probabilidade. O que faz um acontecimento entrar no domínio da avaliação de risco é certa política que consiste na forma como se analisa um determinado perigo.

A proposição do cálculo de probabilidades implica uma racionalidade de segurança fundamentada na estatística como medida de regularidades sociais. “Encontra-se assim inscrito, tanto na instituição psiquiátrica como na judiciária, o tema do homem perigoso” (FOUCAULT, 2004: 14). Ewald (1993) já havia alertado para o fato de que a lei e/ou o jurídico não são os únicos procedimentos de materialização do direito. “A lei proíbe, a disciplina prescreve” (FOUCAULT, 2008a: 61).

Assim, a diminuição da força coercitiva da lei ocorreu em favor do aumento do poder da norma em processos mais abertos e menos impositivos de negociação permanente. Esta é uma característica de uma sociedade de segurança, em que a norma coloniza o Direito, na perspectiva do biopoder (FOUCAULT, 1988). No contexto dessas discussões, é possível afirmar que o anormal só pode ser forjado em concomitância com o normal (FOUCAULT, 1988; FOUCAULT, 1999b).

É no bojo desse deslocamento entre doença e gestão das condutas normais e anormais que a psiquiatria se generalizou para o campo social como um todo, tornando-se saber-poder utilizado em defesa da sociedade, na medida em que se dirigiu ao controle dos corpos e populações desviantes, de modo contundente. Entretanto, um acontecimento central que emergiu nesse período histórico foi uma prática de medicalização da infância pela noção de desenvolvimento.

O desenvolvimento seria um processo que atuaria sobre a vida psicológica e orgânica de todos os indivíduos e que, segundo um critério temporal, poderia servir de “norma” em relação a qual todos poderiam se situar. Em alguns, ele é interrompido, em outros, dá-se mais lentamente, em outros ainda, ocorre mais rapidamente. O desenvolvimento permite que se estabeleçam, deste modo, duas normatividades. Uma primeira, que será aquela do adulto. Ela se configura como um fim ideal, regulando-se pelo termo final de um processo: o processo do próprio desenvolvimento. A outra será uma normatividade correspondente à média deste processo de desenvolvimento identificada nas crianças. (FONSECA, 2002: 70).

A noção de desenvolvimento de cunho evolucionista se ancorou na de um modelo composto enquanto uma média a alcançar, baseada no terreno movediço da avaliação das normas e dos desvios em face das mesmas. O que estava em jogo, então, era a construção de um sistema de medidas de um processo de caminhada educativa em direção a um padrão esperado, em função de um tempo chamado de ideal, de sorte que a velocidade foi acionada como um dispositivo político (poder) em um campo discursivo médico-psiquiátrico (saber), visando a gerir populações.

Podemos problematizar as práticas do UNICEF frente ao desenvolvimento de crianças e adolescentes, funcionando como forma liberal de viver. Em decorrência, não é por acaso que Piaget, Wallon, Edgar Morin e outros teóricos liberais e defensores de uma sociedade focada na noção de desenvolvimento cognitivo foram assessores de organismos multilaterais ligados à ONU, desde a I Guerra Mundial, quando ainda as Nações Unidas eram Liga das Nações e não estavam configuradas como organização, como aconteceu após a II Guerra Mundial.

Esses organismos multilaterais, entre os quais o UNICEF, cada vez mais estão a operar em uma racionalidade do capitalismo cognitivo, movido pela ideia de desenvolvimento, racista e etnocêntrica, associada a um projeto de sociedade de segurança, por meio de práticas médicas e educativas vinculadas ao liberalismo e ao controle em nome da civilidade.

Referências

- BOARINI, Maria Lúcia. Apresentação. In: BOARINI, Maria Lucia. *Higiene e Raça como projetos: higienismo e eugenismo no Brasil*. Maringá: EDUEM, 2003.
- CASTEL, Robert. *A gestão dos riscos: da antipsiquiatria à pós-psicanálise*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1987.
- DONZELOT, Jacques. *A polícia das famílias*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- EWALD, François. *Foucault, a norma e do direito*. Lisboa: Vega, 1993.
- FONSECA, Márcio Alves da. *Michel Foucault e o Direito*. São Paulo: Max Limonad, 2002.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- _____. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- _____. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999a.
- _____. *Vigiar e punir: a história da violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes, 1999b.
- _____. *Os anormais*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- _____. “A evolução da noção de indivíduo perigoso na psiquiatria legal do século XX”. In: *Ética, sexualidade, política*. Rio de Janeiro: Forense, 2004.
- _____. *O poder psiquiátrico*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- _____. *Segurança, território, população*. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.
- _____. *O Nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.
- UNICEF. *Relatório Situação da infância brasileira*. Brasília: UNICEF, 2001.
- UNICEF. *Relatório da Situação da Infância e adolescência brasileiras: diversidade e equidade. Pela garantia dos direitos de cada criança e adolescente*. Brasília: UNICEF, 2003.
- UNICEF. *Relatório Fazer Valer os Direitos das Crianças e dos Adolescentes*. Brasília: UNICEF, 2002a.
- UNICEF. *Situação da adolescência brasileira*. Brasília: UNICEF, 2002b.

Flávia Cristina Silveira Lemos, psicóloga/UNESP, Mestre em psicologia e sociedade/UNESP, Doutora em História e Sociedade/UNESP, Profa. Adjunta II em psicologia social/UFPA. Docente na graduação e na pós-graduação em psicologia/UFPA. E-mail: flaviacslemos@gmail.com

Juliana de Castro Nogueira, psicóloga/UFPA, Mestranda em psicologia/UFPA. E-mail: jujucn_dance@yahoo.com.br